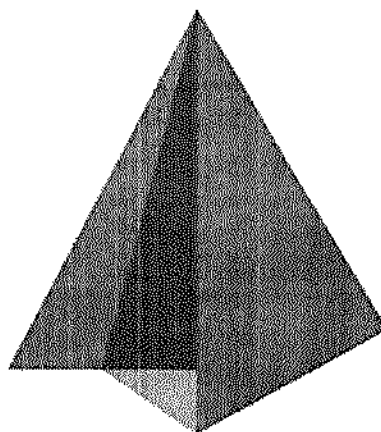




TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
6ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
FERNANDO SOLLERO CAIAFFA**



TRT MG

**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012

Data da instalação: 22-11-2013

Data de implantação do Pje: 12-8-2014

Jurisdição: Uberlândia, Araporã, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 18-7-2018, p. 5/6.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h30min do dia vinte de julho de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Rogério Valle Ferreira**, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 6ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, nº 3.200 – 2º andar, na forma do artigo 682, XI, da CLT combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Melania Medeiros dos Santos Vieira**; pela Secretária da Vara do Trabalho, em exercício, Sra. Soraia Pereira Mecawi; pelos servidores Ana Carolina Diniz Recife, Carmem Andréa Silva Pena, Eduardo de Freitas Mendonça, Giovana Arantes Franzão, Juliana Barbosa Machado, Ronne Herbert Cruz e Thaís dos Santos Barbosa Lemos; pelos estagiários Juliana Santos Rabelo e Keroli Juliane Reis da Silva Araújo. Ausente o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Fernando Sollero Caiaffa**, em razão de férias regulamentares. Ausentes as servidoras Érica Silva Salge e Regina Aparecida dos Santos de Freitas, em férias regulamentares, Regina Aparecida dos Santos de Freitas, prestando serviços em regime de teletrabalho, e Nabila Narciso Novais Alencar Dias, em licença médica.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 712 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 18-7-2018, apurando-se a média de 6,03 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 90 cartas precatórias até o dia 18-7-2018, das quais 63 foram devolvidas para os juízos deprecentes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 83 cartas precatórias até o dia 18-7-2018, das quais 40 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 872 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 366 processos foram remetidos no presente ano, até o dia 18-7-2018.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 101 autos de processos com carga, dentre eles há 2 processos com excesso de prazo para prolação de decisão em embargos de declaração para o Dr. Fernando Sollera Caiffa, abaixo relacionados.

Processos com o Dr. Fernando Sollera Caiffa, para proferir decisão em embargos de declaração:

RTOrd 0010415-77.2015.5.03.0173 – desde de 06/06/2018

RTOrd 0011705-59.2017.5.03.0173 – desde de 22/06/2018

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 8 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não constam autos de processos físicos com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 333, processos com perícia designada, contendo laudos periciais anexados incorretamente, e 62 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 26 mandados expedidos em processos físicos e 808 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 4 pendentes de cumprimento em processos físicos e 48 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 15 autos de processos com carga para a Secretaria de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 2 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 18-7-2018, existem 53 processos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2018 até 18-7-2018)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	159
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	12
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	630
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	10
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	655
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	6
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	138

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 760 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 660 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 97 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 3 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 18-7-2018.

No ano de 2017, até dia 13-7, havia 666 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 658 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 7 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 18-7-2018, existem 92 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 20-7-2018 havia 12 processos:

a) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 11 processos.

b) tentativa de conciliação na fase de execução: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011255/17, 0011108/17, 0011039/17, 0011532/17, 0011255/17, 0011677/17, 0011711/17, 0010707/18, 0011786/17 e 0010087/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 2 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0010717/18, 0010716/18, 0010699/18, 0010682/18, 0010635/18, 0010614/18, 0010613/18, 0010518/18, 0010593/18, 0010594/18, 0010470/16, 0011685/16, 0011811/16, 0012176/17, 0010198/15, 0010781/15, 0010733/16, 0011614/15, 0010126/18, 0012160/16, 0012173/17, 0010372/18, 0010612/18, 0010100/18, 0012066/17, 0012016/17, 0010385/18, 0010286/18, 0011759/16, 0010095/18, 0010627/18, 0010592/18, 0012243/17, 0010200/18, 0011875/17, 0011957/17, 0011917/17, 0011951/15, 0010183/18, 0010363/18, 0010554/18, 0011952/17, 0011835/17, 0010091/18, 0010360/18, 0011128/17, 0010064/18, 0010816/17, 0011430/16, 0012310/17, 0010839/17, 0010264/18, 0012311/17, 0010771/17, 0010992/16, 0012274/17, 0010719/17, 0012295/17, 0011791/16, 0010641/14, 0010418/18, 0010696/18, 0010527/18, 0010603/18, 0010577/18, 0010523/18, 0010587/18, 0010597/18, 0010643/18 e 0010467/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0012173/17, 0010372/18, 0010612/18, 0010363/18, 0010554/18, 0010527/18, 0010603/18, 0010577/18, 0010523/18, 0010587/18 e 0010597/18: processos sujeitos ao procedimento



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0011957/17: excesso de prazo para prolação de sentença – Id dc070ac (mais de 30 dias) - Dr. Fernando Sollero Caiaffa;

- 0011951/15: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 65327a3 (mais de 30 dias) - Dr. Fernando Sollero Caiaffa;

- 0011957/17: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 6118dbf (mais de 30 dias) - Dra. Melania Medeiros Santos Vieira;

- 0011835/17: excesso de prazo para prolação de sentença – Id 2b6bcb9 (mais de 30 dias) - Dra. Melania Medeiros Santos Vieira;

- 0012274/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 48ab85c (mais de 10 dias);

- 0010577/18: processo arquivado indevidamente, uma vez que o acordo não foi integralmente quitado – Id de725e9;

- 0010587/18: processo arquivado indevidamente, uma vez que o acordo não foi integralmente quitado – Id 5fd48b5.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	25	30	32
Procedimento Ordinário	241	163	140



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Instrução processo físico	-	1.047	1.374
Instrução processo eletrônico	433	153	202

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	33	15	20/08/2018 – 21 dias úteis
Procedimento Ordinário	207	95	21/08/2018 – 24 dias úteis
Instrução	781	800	02/06/2020 – 439 dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2018 até 18-7-2018)

a) Conhecimento:
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	387	32,02
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	352	140,11
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	492	74,50
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	9	1.374,22
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	465	337,80
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	505	92,36



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	11	1.372,36
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	436	347,032

b) Fase de Liquidação (de 1º-1-2018 até 18-7-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 90359)	81	70,82
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	2	446,5
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	144	144,90

c) Fase de execução (de 1º-1-2018 até 18-7-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	29	797,44
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	182	419,47
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	2	647
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2017	Média/dia útil
Julgados procedente	64	0,29
Julgados procedente em parte	668	3,03



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Julgados improcedentes	248	1,12
Extintos com resolução de mérito	10	0,04
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total de Sentenças de conhecimento	990	4,5
Extintos sem resolução de mérito	88	0,4
Arquivamento	277	1,25
Desistência	127	0,57
Outras decisões sem resolução de mérito	43	0,19
Total sem resolução do mérito	535	2,43
Decisões de conhecimento	1.525	6,93
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	404	1,83
Decisões na fase de execução	70	0,31
Total	1.999	9,08

(fonte: e-Gestão)

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em julho de 2018, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	60	2,85
Conciliação em execução	6	0,28
*Encerramento de instrução	4	0,190
Inicial	0	0
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	3	0,14



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Instrução	23	1,09
Instrução (rito sumaríssimo)	9	0,42
Una	73	3,47
Una (rito sumaríssimo)	74	3,52
Total	252	12

* Os Encerramentos de Instrução não são somados.

No mês de junho de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 88 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 57 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 56 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, em exercício, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8 horas e/ou 9 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o (a) magistrado (a) que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a sexta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, em exercício, na Unidade, são exarados, em média, 1.000 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Movimentação Anual de Processos		
	2016	2017
Processos recebidos	2.276	2.129
Média por dia útil	10,29	9,67
Processos remanescentes do ano anterior	1.378	1.228
Sentenças anuladas	31	49
Total de processos para solução	3.685	3.406
Processos solucionados	2.450	2.270
Processos conciliados	754	745
Produção	66,48%	66,64%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 6,45% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve um aumento de 0,16%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

Para melhoria no índice do MGD, na página da Gestão Estratégica, no endereço <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/gestao-estrategica/estatistica-2/mgd/definicao-do-mgd-1/portfolio.pdf>, é possível verificar as medidas necessárias.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Perfil da Vara do Trabalho		U	
Indicadores / Período de referência		Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1º trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018
Micro	1 – Antiguidade (dias corridos)	797,31	840,17
	2 – Pendentes (processos)	3.568	3.492
	3 – Prazo (dias corridos)	344,83	361,83
	4 – Taxa de conciliação (%)	32,77	32,67
	5 – Taxa de solução (%)	107,03	117,96
	6 – TC Conhecimento (%)	37,03	37,74
	7 – TC Liquidação (%)	32,45	36,48
	8 – TC Execução (%)	62,96	61,69
	9 – TC Incidentes (%)	43,58	22,54
Meso	1 – Acervo	0,28	0,27
	2 – Celeridade	0,08	0,08
	3 – Produção	0,61	0,47
	4 – Represamento processual	0,58	0,51
Macro	Índice de Produtividade	0,51	0,44
	MGD	0,42	0,36
Posição MGD		38	33
Força de trabalho		0,83	0,83
Movimentação processual		2.001 a 2.500	

Fonte: Sistema e-Gestão (dados gerados em 30/04/18)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.786.244,72	R\$83.009,99

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 2/2014, que trata das intimações dos procuradores das partes por meio de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho; 3/2014, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a 1/2015, que proíbe o atendimento processual a partes, advogados e terceiros interessados por meio de telefone.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 1 foi encontrado excesso de prazo, aspecto que deverá ser regularizado.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue à Secretária da Vara, em exercício, nesta data.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) cumprida pelo (a) magistrado (a) a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, para manter afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 3) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2º, da CLT;
- 4) julgados os embargos de declaração em 5 dias, conforme o art. 1.024 do CPC;
- 5) regularizados em até 10 dias, pelo Dr. Fernando Sollero Caiffa, os processos com excesso de prazo para prolação de decisão em embargos de declaração, que estão com mais de 5 dias, conforme o item 1.5 desta ata, oficiando a Corregedoria Regional.
- 6) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf

7) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;

8) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

2) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, § 2º, da CLT

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf;

5) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2017, quando a Meta era “julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 117,93% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.

No ano de 2018, até o dia 30-6, o percentual alcançado foi de 144,69%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 143,59%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 103,74% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano de 2018, até o dia 30-6, o percentual alcançado foi de 88,19%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 92,90%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 75,68% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano de 2018, até o dia 30-6, o percentual alcançado foi de 38,93%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,5%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período.

Em 2017, quando a Meta era “baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 85,12% de cumprimento da meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano de 2018, até o dia 30-6, o percentual alcançado foi de 163,32%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 112,44%.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau.

Em 2017, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 100,34%

No ano de 2018, até o dia 30-6, o percentual alcançado foi de 102,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 95,22%.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).

Em 2017, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 188 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 128,05% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano de 2018, até o dia 30-6, o tempo médio alcançado foi de 231,32 dias, sendo o resultado para o mesmo período 211,16 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

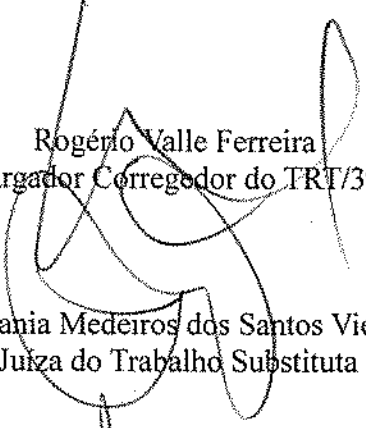
direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

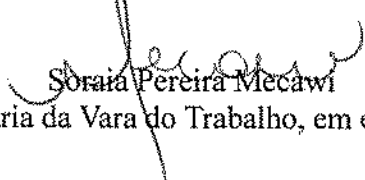
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia vinte de julho de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pela Secretária da Vara do Trabalho, em exercício. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Jânio Júlio Fernandes e José Múcio Antônio Lambertucci.


Rogério Valle Ferreira
Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região


Melânia Medeiros dos Santos Vieira
Juíza do Trabalho Substituta


Soraiá Pereira Mecawi
Secretária da Vara do Trabalho, em exercício